



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIAS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



YSABELA BORGES DE SOUZA

**ABORDAGEM INTEGRADA NA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA CRIMINALIDADE:
Estratégias, desafios e impactos na Região Noroeste de Goiânia.**

GOIÂNIA-GO

2024

YSABELA BORGES DE SOUZA

**ABORDAGEM INTEGRADA NA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA CRIMINALIDADE:
Estratégias, desafios e impactos na Região Noroeste de Goiânia.**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. 2º Sargento Thiago Rodrigues Ottoni.

GOIÂNIA-GO

2024

ABORDAGEM INTEGRADA NA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA CRIMINALIDADE: Estratégias, desafios e impactos na Região Noroeste de Goiânia.

INTEGRATED APPROACH IN THE PREVENTION AND REPRESSION OF CRIMINALITY: Strategies, challenges and impacts in the Northwest Region of Goiânia.

Ysabela Borges de Souza¹

Thiago Rodrigues Ottoni²

Resumo

Este estudo investiga a introdução de uma abordagem unificada na contenção e combate à criminalidade na Região Noroeste de Goiânia. A pesquisa analisa as estratégias adotadas, os obstáculos enfrentados e os efeitos resultantes dessa abordagem completa.

Por meio de uma análise de literatura e da avaliação de dados locais, são examinados os diferentes aspectos da abordagem integrada, englobando desde o fortalecimento das instituições de segurança pública até a implementação de políticas sociais e programas preventivos, além da colaboração entre diversos agentes, como autoridades policiais, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e a comunidade local.

Os resultados evidenciam que a abordagem unificada possui o potencial para reduzir substancialmente os índices de criminalidade, ao mesmo tempo em que contribui para o fortalecimento do tecido social e para aprimorar a qualidade de vida dos residentes. No entanto, também são identificados desafios, como a necessidade de recursos adequados, a coordenação entre diferentes entidades e a promoção de uma cultura de colaboração comunitária.

Em conclusão, fica claro que a implementação de uma abordagem integrada na prevenção e repressão da criminalidade na Região Noroeste de Goiânia é uma medida crucial para enfrentar os desafios enfrentados pela comunidade, promovendo a segurança pública e fomentando a construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

Palavras-chave: Abordagem Unificada; Comunidade; Repressão a criminalidade;

¹ Ysabela Borges de Souza – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: ysabelaborges1@gmail.com. Telefone: (62)99410-7447.

² 2ºSargento Thiago Rodrigues Ottoni. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. 2 Graduações, Pós em docência Superior, Pós em Gestão e legislação de trânsito e MBA em gestão em segurança pública Email: thiago.ottoni01@gmail.com. Telefone: (62) 98538-3334.

Abstract

This study investigates the introduction of a unified approach to containing and combating crime in the Northwest Region of Goiânia. The research analyzes the strategies adopted, the obstacles faced and the effects resulting from this comprehensive approach.

Through a literature analysis and the evaluation of local data, the different aspects of the integrated approach are examined, ranging from the strengthening of public security institutions to the implementation of social policies and preventive programs, in addition to collaboration between different agents, such as law enforcement authorities, government bodies, civil society organizations and the local community.

The results show that the unified approach has the potential to substantially reduce crime rates, while contributing to strengthening the social fabric and improving the quality of life of residents. However, challenges are also identified, such as the need for adequate resources, coordination between different entities and the promotion of a culture of community collaboration.

In conclusion, it is clear that the implementation of an integrated approach to the prevention and repression of crime in the Northwest Region of Goiânia is a crucial measure to face the challenges faced by the community, promoting public safety and fostering the construction of a more just and peaceful society .

Keywords: Unified Approach; Community; Repression of crime;

1 INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com a segurança pública demanda uma análise aprofundada das estratégias de prevenção e repressão à criminalidade. Este pré-projeto propõe uma investigação abrangente, explorando diferentes abordagens e avaliando seu impacto na redução da criminalidade. A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III, a partir do artigo 144, aborda a questão da segurança pública (BRASIL, 1988). Nesse contexto, fica evidente a relevância da segurança pública para assegurar a manutenção da ordem social.

Haja vista, que criminalidade é um problema que afeta diversas regiões do Brasil, incluindo a Região Noroeste. Este artigo científico, tem como objetivo fundamental analisar a eficácia das políticas de prevenção e repressão da criminalidade adotadas nessa região, a fim de identificar quais são as abordagens mais hábeis na redução dos índices de criminalização. Devido ao crescente aumento da violência em todo o país, os setores ligados à segurança pública têm sido alvo de constante preocupação por parte da sociedade (SILVA e COSTA, 2019).

A criminalidade é um desafio complexo que requer uma abordagem holística. Este artigo científico visa contribuir para o desenvolvimento de políticas mais eficientes por meio da compreensão das práticas existentes, identificação de lacunas e propostas de melhorias nas estratégias de prevenção e repressão. Um estudo aprofundado dos processos envolvidos na segurança pública é importante para prevenir e reprimir atividades criminosas de uma maneira eficaz na região.

Verifica-se o aumento diversificado das atividades criminosas e desta forma devem ser estudadas as diversas maneiras de abordagem, para reprimir tais crimes. E neste contexto, surge a necessidade premente de desenvolver e implementar estratégias que não apenas respondam às demandas atuais, mas que antecipem e se adaptem a natureza dinâmica do crime. A presente problemática visa explorar as lacunas existentes nas abordagens convencionais e propor um enfoque inovador capaz de fazer frente aos desafios emergentes, promovendo ações preventivas e repressivas na busca de uma região mais segura e resiliente.

A responsabilidade inerente de preservar a ordem pública transforma a função policial em mais do que apenas um trabalho, mas sim em uma causa. Enquanto para muitas pessoas a distância dos riscos e perigos é uma necessidade, para os policiais isso se torna uma profissão. Ao abordar o conceito de segurança pública, polícia e papel policial, busca-se enfatizar que a eficácia dos agentes de segurança está diretamente ligada ao seu conhecimento da realidade dos conflitos, sua qualificação profissional e seu respeito pelos direitos humanos. A manutenção de um Estado Democrático de Direito é fundamentada no progresso da sociedade através da educação, do acesso universal à justiça e da proteção dos direitos individuais e sociais.

Diante do Objetivo geral serão abordadas uma análise detalhada dos atuais métodos de prevenção e repressão da criminalidade na Região Noroeste de Goiânia, GO, identificando suas forças e fraquezas, a fim de fornecer uma base crítica para a implementação de estratégias mais eficazes. Identificar as lacunas específicas e desafios enfrentados pela comunidade local em relação à segurança.

Avaliar o impacto das estratégias implementadas no fortalecimento do sentimento de segurança da comunidade local, utilizando indicadores como pesquisas de opinião, dados de percepção de segurança e interações com a comunidade. E com base nos resultados obtidos, adaptar continuamente as estratégias apresentadas.

O propósito deste estudo é enriquecer a discussão em torno das políticas públicas de segurança, oferecendo perspectivas valiosas destinadas a gestores, profissionais do campo e pesquisadores que buscam compreender a eficácia das abordagens integradas. Ao analisar a experiência na Região Noroeste de Goiânia, busca-se proporcionar elementos que possam aprimorar iniciativas futuras e fomentar um ambiente local mais seguro e resistente, contribuindo assim para a promoção do bem-estar da comunidade.

O objetivo deste estudo é desenvolver um material de pesquisa que combine abordagens quantitativas e qualitativas, por meio da aplicação de questionários. Serão inicialmente utilizados questionários estruturados para uma análise estatística que permitirá a comparação de resultados, além da análise de dados estatísticos sobre a criminalidade. Além disso, serão realizadas entrevistas com profissionais da segurança pública da região Noroeste.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 SEGURANÇA PÚBLICA

A Constituição de 1988, garantiu direitos e deveres dos cidadãos brasileiros e por meio desta, introduziram definições de Segurança Pública e estabeleceu órgãos e instituições jurídicas destinados a servir aos interesses da população.

Segundo Duarte Filho (2017, p. 234), há uma mudança de foco na atuação policial em direção ao cidadão, que é sutilmente instigado pela Constituição a assumir uma responsabilidade conjunta, de modo que, por meio de uma colaboração ativa entre polícia e comunidade, possam gerar segurança. Esse novo enfoque resulta em abordagens policiais inovadoras.

O Estado detém o poder, porém esse poder é concedido pelo povo, como evidenciado nas eleições, onde são os cidadãos que elegem seus representantes.

De acordo com Xavier (2019), os fundamentos que orientam o conceito de Segurança Pública compreendem a Dignidade Humana, a Interdisciplinaridade, a Imparcialidade, a Participação da comunidade, a Legalidade, a Moralidade, o Pluralismo Organizacional, a Separação dos Poderes, a facilidade de flexibilidade Estratégica, o Uso limitado da força policial, a Transparência e a Responsabilidade.

Essencialmente, esses princípios têm como objetivo prevenir abusos por parte do Estado na sociedade. Ao seguir esses princípios, as instituições responsáveis por essa função trabalham para impedir, neutralizar ou reprimir a ocorrência de comportamentos socialmente condenáveis, garantindo assim a proteção coletiva e, conseqüentemente, a preservação dos bens e serviços.

2.2 A IMPORTANCIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍCIA

Os romanos adotaram o termo grego "politeia", que engloba dois conceitos: "res publica", referindo-se aos assuntos públicos, e "civitas", relacionado aos assuntos da cidade, derivado da palavra "polis". Ao examinarmos a etimologia, há concordância em associar o termo "polícia" ao grego "politeia". Seguindo sua derivação para o latim, chegamos a "politia" ou "polícia" em nosso contexto, que, de forma mais ampla, representa a organização política, a ordem política estabelecida pelo Estado por meio da instituição de princípios que exigem o respeito às normas para garantir e proteger as regras jurídicas preestabelecidas. (MONET, 2002, p. 20).

De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, a segurança pública é delineada como uma obrigação do Estado e um direito e responsabilidade de todos os cidadãos. O conceito de

segurança pública, conforme expresso na Constituição, pode ser interpretado por meio de diversos artigos, como o artigo 144, que estipula que a segurança pública é uma obrigação estatal, um direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para preservar a ordem pública e a integridade das pessoas e do patrimônio.

Ademais, a Constituição Federal/1988 define as instituições responsáveis pela segurança pública, atribuindo às polícias federais, rodoviária federal, civis e militares, bem como aos corpos de bombeiros militares, a execução das atividades de polícia ostensiva e preservação da ordem pública. Esse padrão está distante de ser considerado ideal e desatisfazer as exigências da sociedade brasileira contemporânea no que concerne à prevenção de crimes, ao combate à violência e ao respeito aos princípios de cidadania (BRASIL, 1998).

A Constituição proíbe expressamente a prática de tortura e tratamento desumano, o que reforça o compromisso com a proteção dos direitos humanos mesmo no contexto das atividades de segurança. De acordo com a Constituição Federal/1988, a segurança pública vai além da simples preservação da ordem, abrangendo a proteção da vida, integridade e patrimônio dos cidadãos, sempre com respeito aos princípios democráticos e aos direitos fundamentais.

Conforme observado por Xavier (2019), a segurança é reconhecida como uma necessidade essencial para os indivíduos, e a segurança pública desempenha um papel fundamental na garantia da ordem social, respeitando os direitos individuais até o ponto em que estes não comprometam o bem comum. Dessa forma, a sociedade tem manifestado uma demanda crescente por paz e tranquilidade diante da vulnerabilidade tanto individual quanto coletiva, que é uma realidade presente em diversas esferas sociais, assim como diante da insegurança que afeta algumas localidades urbanas.

De acordo com Spaniol, Júnior e Rodrigues (2020), ao discutir a segurança pública, é possível examinar a importância da prevenção do crime e da violência. É essencial levar em conta tanto a participação da comunidade quanto as opiniões de especialistas no campo. Esse aspecto reforça a importância de compreender, diagnosticar e possivelmente prevenir situações que possam aumentar a vulnerabilidade em relação ao sentimento de segurança e, por conseguinte, à segurança pública como um todo.

Verifica-se, diversas vezes críticas contundentes dirigidas à segurança pública por não tratar casos incidentes midiáticos como eventos infelizes e isolados. E críticas como estas tendem a generalizar a atuação policial, exacerbando o sentimento de insegurança na sociedade. As distorções nas críticas e a intensa cobertura midiática acabam por criar um temor em relação à polícia (CALAÇA, 2017).

Observa-se ainda que a sensação de insegurança exerça uma influência significativa nos hábitos de uma comunidade, levando as pessoas a reduzirem suas interações cotidianas, interromperem atividades de lazer e até mesmo limitarem as práticas físicas devido ao receio de se

tornarem vítimas de delitos. Assim, os indivíduos experimentam apreensão, fenômeno que, frequentemente, se estende para a sociedade em geral, refletindo um potencial aumento da criminalidade no cenário atual do Brasil (MENDES e COSTA, 2018).

De acordo com as observações de Oliveira e Mendes Silva (2021), a criminalidade não apenas resulta em perdas econômicas convencionalmente mensuradas em estudos de custos criminais, mas também impacta negativamente o bem-estar de maneira que vai além dessas perdas financeiras. Isso se deve ao reconhecimento de que o temor do crime desempenha um papel crucial na restrição da liberdade individual, acarretando perdas para as atividades econômicas que anteriormente não eram consideradas.

2.2.1 POLÍCIA MILITAR

A Constituição Federal atribui à Polícia Militar a responsabilidade de atuar em âmbito estadual com a missão de manter a ordem pública e realizar a defesa civil. No mesmo parágrafo, também menciona o Corpo de Bombeiros Militares, destacando que além das atribuições estabelecidas por lei, eles são encarregados da execução de atividades de defesa civil.

Nesse contexto, tem como principal função de realizar o policiamento ostensivo e manter a ordem pública, enquanto o trabalho preventivo consiste em evitar a ocorrência de crimes antes que aconteçam, diferentemente da atuação da polícia civil, que investiga os delitos após sua consumação. Ambos os órgãos, polícia civil e militar, estão subordinados aos governadores. Portanto, é responsabilidade dos militares prevenir a ocorrência de crimes, efetuar prisões quando necessário e, caso ocorra algum delito, encaminhar os criminosos para uma delegacia de polícia para prestar esclarecimentos.

Ademais, o policiamento ostensivo abordado no artigo se caracteriza por uma intervenção vigorosa e imediata, tomada para prevenir um incidente mais grave. Por exemplo, se houver um suspeito armado com uma faca ameaçando pessoas ao redor, se o policial utilizar a força física para conter ou imobilizar o suspeito, estará agindo dentro de suas responsabilidades, pois foi necessário agir com determinação para evitar uma situação de maior perigo.

2.3 CONCEITO E PRINCÍPIOS DA ABORDAGEM INTEGRADA NA SEGURANÇA PÚBLICA.

A estratégia da abordagem integrada na segurança pública visa reunir uma variedade de medidas e recursos para enfrentar de maneira ampla e efetiva os desafios relacionados à criminalidade e à violência. Seu objetivo principal é fomentar uma resposta conjunta e multidisciplinar, envolvendo não apenas as forças policiais, mas também outros segmentos governamentais, organizações da sociedade civil e a comunidade em geral.

De acordo, com Xavier (2019) A abordagem integrada pressupõe a colaboração entre diferentes órgãos e instituições ligadas à segurança pública, como a polícia, o judiciário, instituições sociais, saúde pública e educação. Essa cooperação visa garantir uma coordenação efetiva e o compartilhamento de informações entre esses atores, buscando uma resposta unificada e coesa aos desafios de segurança.

Destarte ao priorizar a prevenção do crime e da violência, buscando identificar e enfrentar suas causas fundamentais. Isso envolve a criação de programas sociais, ações educativas, intervenções comunitárias e outras medidas destinadas a reduzir os fatores de risco associados à criminalidade.

Ademais, Moraes (1992) explana que a participação ativa da comunidade desempenha um papel crucial na abordagem integrada. Isso implica em envolver os residentes locais no desenvolvimento e implementação de estratégias de segurança, promovendo o fortalecimento da comunidade e construindo a confiança mútua entre a população e as autoridades.

Ao Reconhecer que não existe uma solução única para os problemas de segurança pública, a abordagem integrada adota uma variedade de intervenções. Isso pode incluir desde medidas repressivas, como policiamento ostensivo e investigações criminais, até ações preventivas, como programas de educação, reabilitação de infratores e desenvolvimento socioeconômico (MONET, 2002).

A abordagem integrada requer uma avaliação constante de sua eficácia e uma adaptação às mudanças no cenário social e criminal. Isso implica em monitorar os resultados das intervenções, identificar lacunas ou áreas de melhoria e ajustar as estratégias conforme necessário, garantindo uma resposta eficaz e sustentável aos desafios de segurança pública.

Verifica-se que a abordagem integrada na segurança pública busca promover uma resposta ampla e colaborativa aos problemas de criminalidade e violência, priorizando a prevenção, o envolvimento da comunidade e a cooperação entre diferentes atores e setores envolvidos.

2.4 A POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE

Para atender às necessidades de uma comunidade que enfrenta desafios em relação à segurança pública, é crucial envolver a própria comunidade. A responsabilidade de prevenir e combater o crime não são apenas incumbência das forças policiais. O engajamento ativo dos cidadãos como parceiros é fundamental para informar as autoridades sobre ocorrências, possibilitando que estas ajam de forma estratégica para solucionar o problema.

A missão da Polícia não se limita apenas a fornecer segurança; há um comprometimento em criar um ambiente onde as pessoas se sintam seguras. É mais eficaz, prático e gratificante evitar a ocorrência de um crime do que tentar corrigir ou reprimir suas consequências (COSTA E BALESTRERI, 2010).

O êxito na segurança pública decorre da parceria entre o Estado e os cidadãos. A Polícia Militar trabalha para entender os desafios de segurança e desenvolver estratégias que fortaleçam o vínculo com a comunidade. Ao mesmo tempo, é importante que cada cidadão reconheça sua responsabilidade pela segurança, contribuindo para evitar que a sensação de insegurança crie um ambiente propício para a ocorrência de eventos prejudiciais. (TROJANOWICZ, 1994).

Conforme Xavier (2019) A estreita relação entre a polícia e a comunidade requer o comprometimento e a responsabilidade de cada cidadão e policial. Na Polícia Militar, o serviço deve ser executado de maneira uniforme, guiado pelos princípios de hierarquia e disciplina, sob a gestão de uma unidade de comando. A consequência de uma colaboração sólida entre a polícia e a sociedade é o fortalecimento da confiança mútua, contribuindo para o aprimoramento dos laços em busca da redução da criminalidade.

Por outro lado, a falta de proximidade, o déficit de reconhecimento mútuo e a ausência de coesão entre a polícia e a comunidade não facilitam a construção da confiança essencial para fomentar a paz social e garantir a ordem pública. Nessa situação, a polícia e a

comunidade podem ser comparadas a ímãs com polaridades semelhantes: ambos têm como objetivo comum a redução da criminalidade, mas, devido à falta de confiança, acabam se afastando. O espaço resultante entre eles se torna, assim, um corredor desimpedido que os criminosos exploram para cometer delitos.

Haja vista, que a cooperação promove confiança, estreitando os laços entre as entidades e trazendo benefícios mútuos. A confiança da população nas forças policiais é um fator fundamental para a introdução do policiamento comunitário, reduzindo as oportunidades para atividades criminosas, prevenindo delitos e fortalecendo a relação entre as instituições sociais, como Polícia e Comunidade (COSTA, 2010).

Desta maneira, a colaboração entre a polícia e a comunidade é uma estratégia eficaz na contenção do crescimento da criminalidade. A diminuição das taxas de Crimes e contravenções vem a beneficiar a sociedade como um todo e desestabiliza as atividades do crime organizado. A presença policial ativa atua como um dissuasor eficaz, desencorajando a prática de crimes e contravenções. A ação de policiamento dissipa a confiança do criminoso em concretizar roubos ou homicídios quando ele percebe a vigilância policial no local onde planejava agir.

De acordo, com pesquisas a taxa de criminalidade já vem diminuindo e conforme a colaboração de toda a comunidade, essas taxas podem vir a reduzir mais. Os dados foram divulgados pelo governador Ronaldo Caiado durante uma reunião com os líderes da Segurança Pública do Estado, ocorrido no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, em Goiânia.

“Goiás registra queda em vários índices de criminalidade desde 2019. Uma das reduções mais expressivas diz respeito ao roubo de veículos (-89,8%): foram 1.029 em 2023, ante 10.103 casos em 2018. Já crimes como furto e roubo a transeunte tiveram queda de 85,8% e 83%, respectivamente.

Outro indicador que segue uma série histórica de redução consecutiva é o número de homicídios dolosos, que caiu 50,8% em 2023, na comparação com 2018. Latrocínio, que é o roubo seguido de morte, teve redução de 86,7%: foram 14 casos em 2023 e 105 no ano de 2018.

Crimes de lesão seguida de morte apresentaram queda de 55,7% no período avaliado: 61 em 2018 e 27 no ano passado. Outros indicadores de destaque são o homicídio tentado (-20,6%), estupro (-10,5%), roubo em comércio (-81,8%), roubo de carga (-90,6%), roubo em residência (-75,9%) e furto de veículos (60,1%)” (RONALDO CAIADO, 2024).

O governador Ronaldo Caiado durante encontro com a cúpula da Segurança Pública do Estado, realizado no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, em Goiânia, afirma o governador ao destacar a abordagem de trabalho que levou aos resultados positivos e que possui imenso orgulho de liderar um estado com uma equipe de segurança tão dedicada. De forma a sempre buscar o progresso e a proteção completa de todos os goianos.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira, inicialmente serão expostos estudos e referenciais teóricos acerca da percepção das comunidades em geral sobre o trabalho policial, expondo ainda, algumas formas possíveis de melhorar essa relação. Em sequência será realizada uma pesquisa quantitativa de coleta de dados, visando conhecer qual o sentimento da população sobre a PM, bem como suas sugestões para o fortalecimento desse vínculo na região.

A pesquisa será realizada na cidade de Goiânia, estado de Goiás - Região Noroeste e terá como público alvo homens e mulheres de diferentes faixas etárias, entre jovens (18-30), adultos (31-59) e idosos (+60).

O instrumento de coleta a ser utilizado será o *Google forms*, empregado de maneira virtual a população alvo, encaminhada a população através de um *link* de acesso, encaminhado através de mídias sociais, como o *whatsapp* e *e-mail*.

O link será encaminhado para os participantes que responderão as perguntas via *Google forms*, empregado de maneira virtual. A coleta de dados será realizada de maneira integralmente virtual a comunidade, na cidade de Goiânia – GO. Obstinando aplicar o questionário com intuito de interrogar a comunidade sobre suas opiniões em relação à integração a comunidade e a Polícia Militar para a prevenção de crimes na presente região.

Os dados serão obtidos com a utilização da técnica de questionário estruturado, que irá conter perguntas fechadas e abertas, com alternativas de resposta. Os resultados obtidos serão anotados e posteriormente sistematizados, onde serão organizados e transformados em gráficos e tabelas, facilitando a visualização das informações obtidas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão a seguir foi construída com base na aplicação de questionários por meio da ferramenta Google Forms. A coleta de dados obteve um total de 60 respostas. Esses questionários foram distribuídos entre os membros da comunidade, sexo masculino e feminino, visando uma contextualização mais aprofundada dos dados coletados (ver Tabela 1).

ABORDAGEM INTEGRADA NA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA CRIMINALIDADE: Estratégias, desafios e impactos na Região Noroeste de Goiânia.	
Sexo	Quantidade
Masculino e feminino	60 respostas ao total

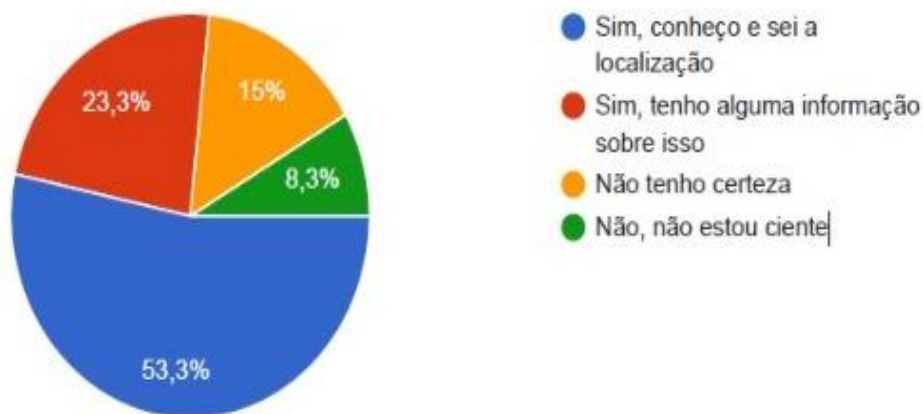
Com o objetivo de maximizar os resultados da pesquisa, foi introduzida questões em aberto. Essa abordagem permitiu indagar aos participantes da amostra sobre suas opiniões em relação ao tema ou se tinham contribuições adicionais a fazer. Esses depoimentos serão empregados como complemento aos dados obtidos, enriquecendo os resultados e as discussões apresentadas.

Todavia, foram incluídas perguntas referentes à interação entre a polícia e a comunidade, assim como estratégias para o enfrentamento do crime.

Entretanto, inicialmente, foram formuladas perguntas que visavam contribuir para essa análise. No início, foi examinado o número de pessoas que tinham conhecimento do policiamento do 13º batalhão na região noroeste (gráfico 1).

Ao examinar esses gráficos, é evidente que o percentual de pessoas que estão cientes do policiamento do 13º batalhão é de 53,3%. Nota-se que pequena quantidade não têm conhecimento, enquanto um razoável percentual estão incertos ou não conseguem opinar sobre a questão.

Gráfico 1: Você está ciente da presença do policiamento do 13º batalhão na sua região?

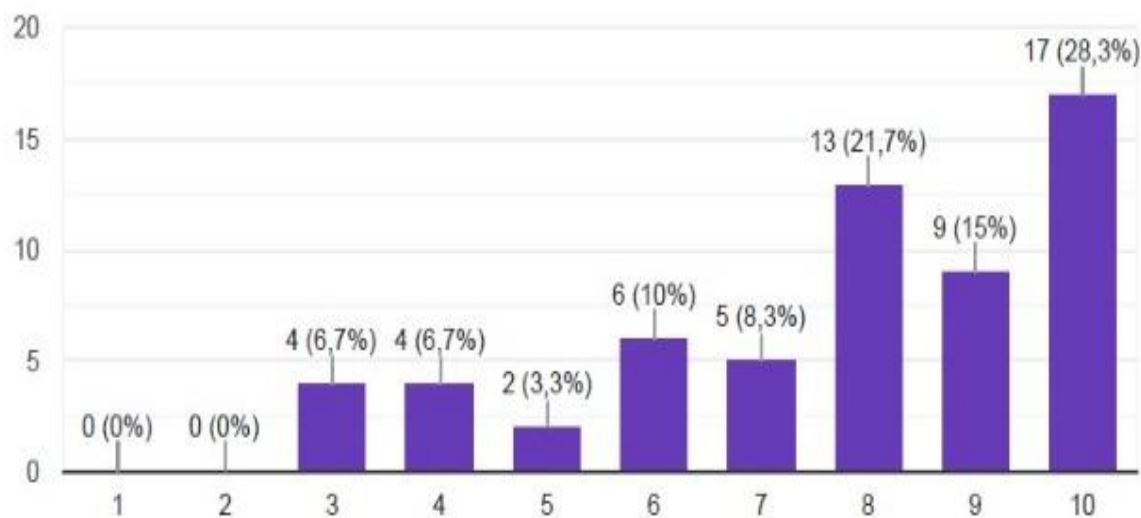


Fonte: O Autor, 2024.

O estudo revela que a maioria das pessoas entrevistadas, correspondendo a 53,3%, possui conhecimento sobre a presença do policiamento na região. Essa constatação sugere um nível significativo de conscientização e familiaridade por parte da comunidade em relação ao trabalho policial na área estudada. Esse dado fundamental destaca a importância de considerar a percepção e o entendimento da população ao abordar temas relacionados à presença policial, fornecendo insights valiosos para o desenvolvimento e aprimoramento de estratégias de policiamento local.

A comunidade foi indagada sobre sua avaliação da interação entre o policiamento e os residentes locais (gráfico 2). A maioria expressou que essa interação é considerada excelente. Essa resposta sugere uma percepção positiva por parte da comunidade em relação ao engajamento e relacionamento estabelecido com as forças policiais em sua região. Este dado é relevante para a compreensão do clima de confiança e cooperação entre a população e as autoridades policiais, destacando a importância de abordagens colaborativas na promoção da segurança comunitária.

Gráfico 2: Como você avalia a interação do policiamento com a comunidade da sua região?

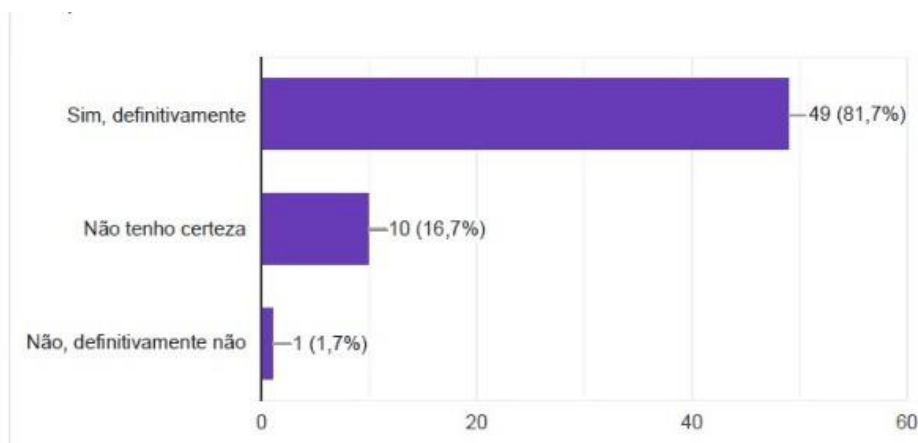


Fonte: O Autor, 2024.

A concepção ideal de construção da segurança, mediante a participação da comunidade, visando uma sociedade mais justa e solidária, está associada à educação em direitos humanos. Em outras palavras, a busca pela democracia no Brasil, nos desafios atuais, envolve essencialmente aspectos éticos e o fomento da educação para a cidadania, como destacado, (Soares, 1997, p. 12).

De acordo com as informações apresentadas no (Gráfico2), a maioria dos entrevistados afirma que há uma interação positiva entre a Polícia Militar e a comunidade. Essa constatação se reflete no (Gráfico3), que aborda a confiança depositada no policiamento da região noroeste.

Gráfico 3: Como a sua confiança na Polícia Militar de Goiás evoluiu desde a introdução do policiamento comunitário em sua área?



Fonte: O Autor, 2024.

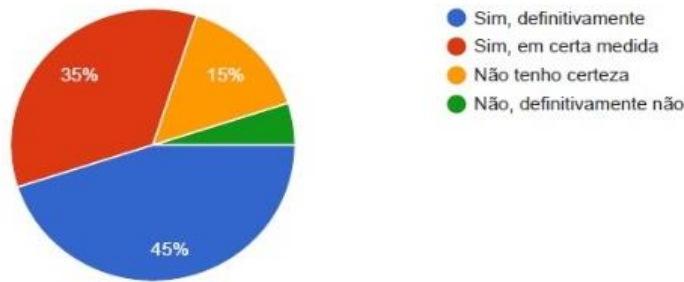
A confiança na Polícia Militar de Goiás apresentou um aumento significativo desde a implementação do policiamento comunitário em sua área, evidenciando que mais de 80% dos entrevistados reconhecem ter experimentado um aumento na confiança.

"Polícia Comunitária é uma filosofia e uma estratégia organizacional fundamentadas, principalmente, numa parceria entre a população e as instituições de segurança pública e defesa social. Baseia-se na premissa de que tanto as instituições estatais quanto a população local devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas que afetam a segurança pública, tais como o crime, o medo do crime, a exclusão e a desigualdade social que acentuam os problemas relativos à criminalidade e dificultam o propósito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos" (BRASIL, 2008)

O policiamento comunitário emerge como uma abordagem relativamente recente, destinada a lidar com os diversos desafios contemporâneos enfrentados pelas forças policiais. Antes de tudo, é crucial avaliar a validade dessa nova estratégia de policiamento, considerando a evolução da sociedade pós-moderna, a natureza em constante transformação do crime nesse contexto e até que ponto as estruturas policiais atuais enfrentam limitações diante desse fenômeno, como apontado por (FELTES, 2003, p. 109).

Nos Gráficos 4 e na questão 5, é possível observar se, nos últimos três meses, os participantes notaram uma redução nos índices criminais na região noroeste, bem como suas sugestões para diminuir a taxa de criminalidade.

Gráfico 4: Nos últimos 3 meses, você percebeu uma diminuição de crimes na região noroeste?



Fonte: O Autor, 2024.

De acordo, com a pergunta 5 do questionário, qual a sua sugestão para diminuir a taxa de criminalidade?

Entre as sugestões apresentadas para reduzir a taxa de criminalidade, 20% dos entrevistados propõem o aumento do efetivo policial. Um dos participantes menciona a importância de aproximar o cidadão para que ele possa se tornar um comunicante ou informante de delitos criminais. Além disso, uma sugestão que se destaca em termos de quantidade é a de que as penas sejam cumpridas integralmente.

Assim como alegado pelos participante que relata:

- “Com o aumento dos policiais nas ruas podemos se sentir um pouco mais tranquilas”.
- “Aumentar o número de abordagens”.
- “De acordo com interação do policiamento na região noroeste no combate a criminalidade nossa região esta mais sendo muito bem assistida”.

Diante dos gráficos que evidenciam a boa interação da comunidade com a Polícia Militar na região noroeste, torna-se claro que o estreitamento desses laços é um elemento

fundamental para fortalecer a segurança e promover um ambiente mais colaborativo e confiante entre a população e as forças policiais locais.

5 CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa, tornou-se claro que há uma relação entre a percepção de segurança e a comunidade, conforme revelado pelos dados dos questionários respondidos pelos participantes, que demonstraram que a comunidade está ciente do aumento da presença policial e da queda da criminalidade. Diante da pesquisa, examinamos diversas estratégias que visam abordar o problema de maneira holística, envolvendo não apenas a repressão direta, mas também a prevenção e a intervenção social.

Os resultados obtidos sugerem que uma abordagem integrada, que combina o fortalecimento das instituições de segurança pública com a implementação de políticas sociais e programas de prevenção, pode levar a uma redução significativa nos índices de criminalidade. A integração de diferentes setores da sociedade, incluindo as autoridades policiais, as instituições governamentais, as organizações da sociedade civil e a comunidade local, é fundamental para o sucesso dessas estratégias.

No entanto, também identificamos uma série de desafios que precisam ser superados para garantir a eficácia dessas medidas. Estes incluem a necessidade de recursos adequados, a coordenação eficiente entre as diferentes agências e setores envolvidos, a superação de resistências institucionais e a promoção de uma cultura de colaboração e participação comunitária.

Apesar dos desafios, os impactos positivos de uma abordagem integrada na prevenção e repressão da criminalidade na Região Noroeste de Goiânia são evidentes. Além da redução dos índices de criminalidade, essas estratégias podem contribuir para o fortalecimento do tecido social, a promoção da segurança cidadã e o aumento da qualidade de vida da população.

Em suma, a integração de uma abordagem integrada na prevenção e repressão da criminalidade na Região Noroeste de Goiânia representa uma importante iniciativa para enfrentar os desafios apresentados pela criminalidade, promover a segurança e o bem-estar da comunidade e construir uma sociedade mais justa e pacífica.

A concepção de estabelecer a segurança com base na participação da comunidade, visando uma sociedade mais equitativa e solidária, é promovida através da educação em direitos humanos. Em outras palavras, os desafios atuais para promover a democracia no Brasil dependem essencialmente da ética e da educação para a cidadania.

Dessa forma, a iniciativa de uma abordagem na política criminal direcionada para a redução do crime em sua totalidade, e especificamente da criminalidade violenta, requer uma análise ampla que considere aspectos culturais, sociais, legais, judiciais e penitenciários. Isso implica na necessidade de um planejamento estratégico por parte do governo para lidar com a violência. Não é suficiente ter iniciativas pontuais louváveis; sem uma estratégia abrangente e

bem planejada, os esforços para reduzir a criminalidade violenta podem ser infrutíferos, não conseguindo diminuí-la para níveis aceitáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [HTTPS://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Segurança Pública**. Polícia Comunitária. 2008b. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJE9CFF814ITEMID006F145729274C FB9C3800A065051107PTBRNN.htm>> Acesso em: 1 dez. 2024.

CALAÇA, M. **O Medo da Polícia**. Disponível em: <https://www.dm.com.br/cotidiano/2017/12/o-medo-da-policia> . Acesso em 20 Jan. 2024.

COSTA, Ivone Freire; BALESTRERI, Ricardo Brisolla (Org.). **Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador: Edufba, 2010. 143 p.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. Ed. Goiânia: PMGO, 2023.

FELTES, Thomas ET al. **Segurança cidadã e polícia na democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

LOPES, Emerson Passaroto. **A segurança pública, a segurança institucional e suas Relações com os direitos humanos** no PNDH III. Revista Jus Navigandi, ISSN 15184862, Teresina, ano 22, n. 5021, 31 mar. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/53788>> Acesso em agosto de 2022.

MENDES, Dom; COSTA, L. D. Da. **O sentimento de insegurança e medo do crime no bairro jardim planalto em Cristalina - Goiás**. 2018. Disponível em: <http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo//handle/123456789/2125>. Acesso em: 02 dez. 2023.

MENDES, Dom; COSTA, L. D. Da. **O sentimento de insegurança e medo do crime no bairro jardim planalto em Cristalina - Goiás**. 2018. Disponível em: [<http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo//handle/123456789/896>>](http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo//handle/123456789/896). Acesso em: 18 janeiro. 2024.

OLIVEIRA, C. A. de; MENDES SILVA, D. **Os impactos do medo do crime sobre o consumo de atividades de lazer no Brasil**. Revista Brasileira de Segurança Pública, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 156–173, 2021. DOI: 10.31060/rbsp.2021.v15.n1.1179. Disponível em:

HTTPS://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1179. Acesso em: 20 Jan. 2024.

MONET, Jean Claude. **Polícia e sociedade na Europa**. São Paulo: Edusp, 2002. Disponível em: [HTTPS://books.google.com.br/books/about/Pol%C3%Adcias_e_sociedades_na_Europa_Vol_3.html?hl=pt-br&id=Atru6kbtu5qc&redir_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/Pol%C3%Adcias_e_sociedades_na_Europa_Vol_3.html?hl=pt-br&id=Atru6kbtu5qc&redir_esc=y).

MORAES, Bismael B. **Polícia, Governo e Sociedade**. São Paulo: Sonda, 1992.

OLIVEIRA, N. M.; ESPINDOLA, C. R. **Trabalhos acadêmicos: recomendações práticas**. São Paulo: CEETPS, 2003.

SILVA, W. D. P.; COSTA, R. J. Da. **Entre a necessidade e o medo: o ambíguo sentimento da população sobre a atuação da policia militar em Anápolis - GO**. 2019. Disponível em: <http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo//handle/123456789/2343>. Acesso em: 02 dez. 2023.